



## MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 14/2014

*Da reunião pública Ordinária da Câmara Municipal de Alcouthim*

*Realizada em 23 de julho de 2014*

----- Aos vinte e três dias do mês de julho de dois mil e catorze, nesta Vila de Alcouthim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se, em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo dos Santos Gonçalves, José Carlos da Palma Pereira, Paulo Jorge Cavaco Paulino, Dalila Manuela Costa Barros e José D'Assunção Pereira Galrito, respetivamente presidente e vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o senhor presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: ---

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - O senhor presidente pôs à discussão a Ata n.º 13/2014, da reunião pública ordinária realizada no dia 09 de julho de 2014, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes na mesma reunião. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida Ata. -----

----- **FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º138) respeitante ao dia 22 de julho, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.630.187,43 (um milhão, seiscentos e trinta mil cento e oitenta e sete euros e quarenta e três cêntimos).

----- Operações Orçamentais - € 1.237.501,94 (um milhão, duzentos e trinta e sete mil quinhentos e um euros e noventa e quatro cêntimos); -----

----- Operações Não Orçamentais - € 385.078,35 (trezentos e oitenta e cinco mil e setenta e oito euros e trinta e cinco cêntimos). -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O presidente da Câmara sr. Osvaldo Gonçalves interveio para informar que os pontos da ordem de trabalhos, nomeadamente **“POLIDESPORTIVO DE GIÕES – APROVAÇÃO DE PATRONO – Proposta”, “UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALCOUTIM E PEREIRO – Comparticipação Financeira”, “JUNTA DE FREGUESIA GIÕES – Comparticipação Financeira”, “JUNTA DE FREGUESIA VAQUEIROS – Comparticipação Financeira”,** iriam ser retirados para esclarecimentos adicionais. De seguida solicitou a inclusão do seguinte ponto na ordem de trabalhos: **“ADECMAR/Associação de Desenvolvimento Etnográfico e Cultural de Martim Longo – Comparticipação Financeira ”.** -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a inclusão do ponto na ordem de trabalhos. -----

----- A vereadora sr.ª Dr.ª Dalila Barros usou da palavra para questionar o presidente da Câmara sobre os documentos solicitados no passado dia 25 de junho, referentes aos comprovativos/faturas dos trabalhos de manutenção do Parque de Merendas do Pereiro, efetuados pela União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro, no montante de € 5.500,00 (cinco mil e quinhentos euros), bem como sobre o processo de publicidade do Instituto Piaget, dado que até ao momento ainda nada foi facultado. -----

----- O presidente da Câmara sr. Osvaldo Gonçalves interveio para mencionar que não vê inconveniente e que julgou que o assunto já tivesse

tratado. Quanto à publicidade do Instituto Piaget solicitou esclarecimentos ao Vereador sr. Paulo Paulino. -----

----- O vereador sr. Paulo Paulino interveio para esclarecer que a Autarquia isentou o processo de publicidade do Instituto Piaget, uma vez que o mesmo é uma cooperativa sem fins lucrativos e de interesse público, por ter como objetivo primordial a difusão do projeto educativo indispensável à formação pessoal dos munícipes/alunos, adiantando de seguida que poderá facultar cópia do aviso do Diário da República que prova o interesse público.

----- O vereador sr. José Carlos Pereira usou da palavra para questionar se o placar/estrutura é propriedade ou não da Câmara Municipal, tendo o vereador sr. Paulo Paulino esclarecido que o placar é pertença da Edilidade, e como é publicidade de interesse municipal não necessita de licenciamento da seção de Taxas e Licenças, e que já existiu um processo de avaliação para situações futuras. -----

----- De seguida o vereador sr. José Carlos Pereira interveio novamente para frisar que *“foi retirado um Outdoor porque os senhores bem entenderam, e eu respeito isso, que é propriedade da Câmara Municipal, para colocar um que é externo à mesma, para fazer publicidade, numa estrutura que é da Câmara”*. -----

----- A vereadora sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dalila Barros interveio para fazer uma ressalva, no que concerne aos placares de publicidade que se encontram junto ao Lar e Centro de Dia (Rossio), nomeadamente sobre a propaganda dos mesmos, visto existir uma contradição, pois enquanto um menciona *“não ao consumo do álcool, o outro faz propaganda ao vinho”*. -----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira usou da palavra para frisar que os assuntos/matérias devem ser bem ponderados/estruturados, pois se existem Regulamentos, os mesmos devem ser cumpridos, e que acha que se existir uma isenção de publicidade, o assunto tem que ser presente a reunião de Câmara, e como tal *“deixa esse alerta”*. Continuou referindo-se, *“mais uma vez”*, *“ao não convite”* endereçado à oposição aquando da visita do Ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional Miguel Poiares Maduro, que é da opinião que os vereadores da oposição devem ter tratamento igualitário aos restantes membros (presidentes de Junta de Freguesia e Assembleia

Municipal) e convidados para atos oficiais, acrescentando de seguida que o presidente da Câmara referiu na última reunião de Câmara *“que a programação do evento sobre a visita do Ministro-Adjunto Miguel Poiares Maduro, ao concelho só ficou disponível um dia antes, por questões de segurança, o que inviabilizou o envio de convite por parte da Edilidade, e que o presidente da Câmara recebeu convite, via telefone, para assistir às apresentações que iriam ser feitas ao Ministro do desenvolvimento”*, todavia, tem conhecimento, através de documentação disponibilizada pelos serviços da Autarquia, que foi remetido convite com a programação da visita, via correio eletrónico, para o gabinete do presidente, no passado dia 01 de julho, e como tal considera que existem algumas inverdades, *“porque o presidente diz que teve conhecimento num dia e afinal teve conhecimento dia 01 de julho e a visita foi a 04 de julho”*. Findou referindo que era preferível transmitir *“não vos convidamos”* do que dizerem *“inverdades ou mesmo mentiras sobre aquilo que se passou, eu não aceito, pois já não é a primeira vez, e acho que não vai pelo bom caminho ao prestar esses depoimentos, não fica bem para a sua imagem”*. -----

----- O presidente da Câmara sr. Osvaldo Gonçalves interveio para mencionar que *“sente de alguma forma”* que houve um má condução dos documentos, mas de facto não poderá responsabilizar os funcionários, uma vez que teve conhecimento do assunto, pois dias antes existiu o contacto telefónico por parte do Eng.º David Santos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR), a dar conta da visita do Ministro-adjunto, e que posteriormente seria enviado a respetiva programação, o qual só *“aconteceu um dia antes, por questões de segurança”*, conforme transmissão da referida entidade. Quanto à questão dos Placares adiantou que *“nós não podemos, por causa de uma publicidade, inviabilizar outras”*, e como tal frisou que *“não sei onde eu possa intervir”*.

----- O vereador sr. José Carlos Pereira interveio novamente para mencionar que o presidente, na última reunião de Câmara, justificou o não convite aos vereadores da oposição pelo facto de ter tido conhecimento *“só um dia antes”*, contudo a documentação remetida à Autarquia, designadamente o correio eletrónico, endereçado para *“o seu chefe de*

*gabinete” prova o contrário, e como tal o mesmo deve dar conhecimento de todas as situações. Findou referindo que ao convite vinha anexada a programação, situação idêntica à ocorrida em outras Edilidades, acrescentando que “por isso não me venha dizer que ligou para a CCDD ou que só soube da programação um dia antes”. -----*

*----- O vereador sr. José Galrito interveio para frisar que não tem conhecimento se houve falha ou não, todavia considera que estas situações devem ser acauteladas no futuro, e que já “ocupámos” tempo suficiente com o tema em questão, sendo igualmente da opinião que as reuniões de Câmara servem para esclarecer/emitir opiniões, “sejam de acordo com a maioria ou não”. -----*

*----- O vereador sr. José Carlos Pereira usou da palavra para questionar o vereador sr. José Galrito se o mesmo estava a limitar as suas intervenções, nomeadamente “acha que já perdeu muito tempo?”, e que não tem conhecimento do motivo pelo qual os vereadores da oposição não receberam convites, pois não é a “primeira, nem a segunda, nem a terceira vez” que a situação ocorre. Findou referindo que a divulgação do evento na página de Facebook não é razão plausível para desculpas, pois o mesmo não tem perfil criado. -----*

*----- O presidente da Câmara sr. Osvaldo Gonçalves interveio para frisar que “quando têm convites, não aparecem! Esquece-se disso!”. -----*

*----- O vereador sr. José Carlos Pereira usou da palavra novamente para mencionar que “apareço sempre que achar que devo aparecer e que tenha possibilidade para tal, não é o senhor presidente que me vêm dizer a mim quando é que devo vir ou não, tal como o senhor, como vereador da oposição, também não aparecia nas iniciativas/eventos, e eu nunca joguei isso em cara, ficando muito mal o senhor colocar-se no meu lugar ou escolher a minha agenda. O senhor tem a obrigação quer queira quer não, já sei que não quer, de cumprir a lei e não está a cumpri-la, e a partir de hoje não deixo passar nada em claro. O senhor é obrigado a respeitar a oposição e a endereçar convites, não gosta, paciência, o assunto será discutido, em outros locais mais apropriados, tem que perceber que há lei e o senhor tem que cumpri-la, não está acima da lei, nem eu nem o senhor”. -----*

-----  
----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----  
-----

----- **EMPREITADA DE BENEFICIAÇÃO DE EN 122.1/EN 124 –  
TROÇO ALCOUTIM/CORTE SERRANOS – 2ª FASE – MARTIM  
LONGO/CORTE SERRANOS – Redução do Seguro de Caução de**

**Adiantamento:** Foi presente uma informação do Serviço de Obras Municipais (SOM), da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, relativa à redução do Seguro de Caução, apresentada pela firma José de Sousa Barra & Filhos, Lda, e referente à empreitada em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a dedução da importância de € 24.616,46 (vinte e quatro mil seiscientos e dezasseis euros e quarenta e seis cêntimos), do referido seguro de caução à Companhia de Seguros AXA Portugal S.A.. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----  
-----

----- **PROPOSTA DE REVISÃO DA RESERVA ECOLÓGICA  
NACIONAL DO CONCELHO DE ALCOUTIM:** Foi presente uma proposta do senhor vice-presidente de Câmara, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar a emissão de parecer favorável à proposta de revisão da Reserva Ecológica Nacional do concelho de Alcoutim, bem como que o documento final com a proposta de revisão da Reserva Ecológica Nacional seja remetido à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, de modo a ser realizada a conferência de serviços, a que se refere o n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.-----

----- **POLIDESPORTIVO DE GIÕES – APROVAÇÃO DE PATRONO -**

**Proposta:** Assunto retirado. -----

----- A vereadora sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dalila Barros interveio para questionar sobre a razão da retirada do ponto, ao qual o vereador sr. José Galrito esclareceu que o assunto encontra-se pendente, uma vez que ainda tem que ser presente a reunião de direção do Sport Lisboa e Benfica. -----

----- **AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E REPRESENTAÇÃO JURÍDICA:** Foi presente uma proposta do senhor presidente de Câmara, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar emitir parecer favorável à celebração do contrato de aquisição de serviços propostos no documento anexo (Assessoria Jurídica), atenta à fundamentação e pressupostos invocados no mesmo, bem como que a deliberação seja condicionada ao pedido prévio em anexo efetuado INA – Direção de Qualificação dos Trabalhadores em funções públicas, de acordo com a Portaria n.º 88/2014, de 26 de fevereiro. -----

----- Posto o assunto à votação a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO DOS ELEMENTOS CONSTITUINTES DA COMISSÃO DE CONCESSÃO - Proposta:**

Foi presente uma proposta do senhor presidente de Câmara, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar aprovar os elementos constituintes da comissão de concessão, de acordo com os artigos 4.º e 5.º do Regulamento: a) presidente da Câmara

Municipal, que a preside **Osvaldo dos Santos Gonçalves**, b) personalidades distintas da área do concelho **Carlos Alfredo de Brito** e **João Manuel Rita Batista**, c) membros dos órgãos deliberativos do Município e das freguesias **João Carlos da Silva Simões**, **Avelino Cardeira**, **Aníbal Guerreiro Cardeira**, **Daniel João Valente das Neves**. -----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira usou da palavra para mencionar que tem conhecimento que o Regulamento já possui alguns anos e até gerou alguma controvérsia na reunião da Assembleia Municipal, no entanto "*quer demonstrar*" descontentamento pelo facto dos vereadores da oposição não integrarem/contemplarem, pelo "*menos um*", a referida Comissão, independentemente do documento/Regulamento não especificar essa matéria, sendo que poderiam fazer parte "*das pessoas da sociedade civil ou outras representativas do concelho*", pois é da opinião que enquanto oposição "*somos representantes de uma grande parte da população, e como tal deveríamos estar nessa Comissão*". -----

----- A vereadora sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dalila Barros interveio para referir que "*votamos*" contra porque a proposta não está composta e/ou em conformidade com o Regulamento, devido a não contemplar membros do órgão deliberativo do Município. -----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira usou da palavra para mencionar igualmente que a Assembleia Municipal, em reunião ordinária, não deliberou atribuir ou nomear qualquer representante, e que o assunto "*até gerou alguma controvérsia, com o abandono da Sala de vogais, na discussão e votação do ponto*", tendo de seguida frisado o artigo 5.º do Regulamento, nomeadamente "*A comissão será presidida pelo Presidente da Câmara ou seu representante, e deverá integrar personalidades distintas da área do município, incluindo representante dos órgãos deliberativos do município e freguesias em número a fixar pela Assembleia Municipal*", e como tal vota contra pelo facto da Comissão não contemplar membros dos órgãos deliberativos e executivos. -----

----- Posto o assunto à votação a Câmara deliberou, por maioria, com 2 (dois) votos contra dos Srs. vereadores José Carlos Pereira e Dr.<sup>a</sup> Dalila Barros aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.-----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOUTIM E A JUNTA DE FREGUESIA DE VAQUEIROS:**

Foi presente uma minuta de protocolo de colaboração, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal atribuir uma comparticipação financeira à Junta de Freguesia de Vaqueiros, no montante de € 30.975,00 (trinta mil novecentos e setenta e cinco euros), para fazer face às despesas com ajardinamento, limpeza de ervas/pastos e parque de merenda/espços verdes, reparação de mobiliário urbano, portas exteriores, pintura de Edifícios, claraboia, aquisição de equipamento e colocação de grade de proteção e telheiro. -----

----- O vereador sr. José Carlos interveio para mencionar que relativamente a este assunto “*têm dúvidas*”, dado que em reunião ordinária do executivo, realizada no passado dia 11 de junho, ficou deliberado, por unanimidade, a não operacionalização da delegação de competências para as Juntas de Freguesia. Continuou referindo que a Lei 75/2013, de 12 de setembro, define novas competências da Assembleia Municipal, designadamente nas alíneas *j) deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações e k) autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e o Estado e entre a Câmara Municipal e a entidade intermunicipal e autorizar a celebração e denúncia de contratos de delegação de competências e de acordos de execução entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia*, e como tal considera importante a emissão de parecer sobre o assunto, dado que têm dúvidas que a Edilidade possa aprovar qualquer tipo de apoio (contrato-programa, protocolo, etc.), uma vez que não foram delegadas competências. -----

----- O presidente da Câmara Sr. Osvaldo Gonçalves interveio para solicitar a intervenção/colaboração do Chefe de Divisão Administrativa e

Financeira, Cultura e Desporto (DAFCD), Dr. João Dias, a fim de prestar esclarecimentos adicionais. -----

----- O Chefe da DAFCD Dr. João Dias usou da palavra para mencionar que o assunto em questão já foi avaliado, com outras Câmaras Municipais, tendo-se concluído que esse tipo de apoio não se enquadra, porque não é delegação de competências, mas um protocolo de parceria, dando nota de seguida que é uma lei vocacionada para a atribuição de competências às entidades intermunicipais e entre Autarquias locais com maiores dimensões. -

----- O vereador sr. José Carlos Pereira interveio para questionar novamente “*se seria possível parecer jurídico, a fim de nos salvaguardar da aprovação ou não deste tipo de subsídios?*”, dado que teve conhecimento desta questão recentemente, e como tal deve existir uma ressalva/alerta para esta matéria, para salvaguardar o futuro. -----

----- O presidente da Câmara sr. Osvaldo Gonçalves interveio para mencionar que não têm quaisquer dúvidas/receios, dado que o assunto foi esclarecido pelo Dr. João Dias e por defender desde o primeiro momento os compromissos assumidos com as Juntas de Freguesia. -----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira usou da palavra para solicitar documento escrito, referente ao entendimento da DAFCD, em relação ao assunto/matéria, uma vez que quer averiguar/investigar, dado que “*agora vou ter uma intensão de voto, e no futuro se tiverem razão terei outra*”, bem como que “*continua*” a apoiar as Juntas de Freguesia, “*e acho que merecem apoio, agora neste momento eu tenho dúvidas*”. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 2 (dois) votos contra, aprovar o referido protocolo. De seguida apresentaram a seguinte declaração de voto que se passa a transcrever: “*Considerando que na reunião de 11 de junho de 2014, a Câmara Municipal aprovou a não delegação de competências nas Juntas de Freguesia; Considerando que a Lei 75/2013, artigo 25 n.º 1 alínea j) vem definir as novas competências da Assembleia Municipal; Considerando que o mesmo artigo refere que compete à Assembleia Municipal: deliberar sobre as formas de apoio às freguesias, autorizar a celebração e a denúncia de contratos de delegação e acordos de execução entre a Câmara municipal e as Juntas de Freguesia; considerando*

*que existem dúvidas na interpretação do referido artigo e para poder votar em consciência solicitamos parecer jurídico; Considerando que o senhor assim não o entendeu, votamos contra”*. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOUTIM E A JUNTA DE FREGUESIA DE GIÕES:**

Foi presente uma minuta de protocolo de colaboração, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal atribuir uma comparticipação financeira à Junta de Freguesia de Giões, no montante de € 2.000,00 (dois mil euros), para fazer face às despesas com o corte/limpeza de ervas, nas localidades da freguesia. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 2 (dois) votos contra, aprovar o referido protocolo. De seguida apresentaram a seguinte declaração de voto que se passa a transcrever: “*Considerando que na reunião de 11 de junho de 2014, a Câmara Municipal aprovou a não delegação de competências nas Juntas de Freguesia; Considerando que a Lei 75/2013, artigo 25 n.º 1 alínea j) vem definir as novas competências da Assembleia Municipal; Considerando que o mesmo artigo refere que compete à Assembleia Municipal: deliberar sobre as formas de apoio às freguesias, autorizar a celebração e a denúncia de contratos de delegação e acordos de execução entre a Câmara municipal e as Juntas de Freguesia; considerando que existem dúvidas na interpretação do referido artigo e para poder votar em consciência solicitamos parecer jurídico; Considerando que o senhor assim não o entendeu, votamos contra”*. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALCOUTIM E PEREIRO – Comparticipação Financeira:** Assunto retirado. -----

----- **JUNTA DE FREGUESIA GIÕES – Comparticipação Financeira:**  
Assunto retirado. -----

----- **JUNTA DE FREGUESIA VAQUEIROS – Comparticipação Financeira:** Assunto retirado. -----

----- **CORPO NACIONAL DE ESCUTAS/AGRUPAMENTO N.º 1107 DE ALCOUTIM – Comparticipação Financeira:** Foi presente uma proposta do senhor presidente da Câmara, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, atribuir a comparticipação financeira, no montante de € 900,00 (novecentos euros) ao Corpo Nacional de Escutas/Agrupamento n.º 1107 de Alcoutim, para fazer face às despesas efetuadas com as Férias Desportivas, nomeadamente com a equitação. -----

----- Posto o assunto à votação a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **CENTRO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E SOCIAL DE MARTIM LONGO – Comparticipação Financeira:** Foi presente uma proposta do senhor presidente da Câmara, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, atribuir a comparticipação financeira, no montante de € 850,00 (oitocentos e cinquenta euros) ao Centro de Desenvolvimento Cultural e Social de Martim Longo, para fazer face às despesas efetuadas com o transporte das crianças da instituição (Mestras, Zambujal, Fernandilho e Giões), durante a interrupção dos transportes escolares.

----- Posto o assunto à votação a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- O presidente da Câmara, Sr. Osvaldo Gonçalves não participou na discussão e votação deste ponto, por se considerar impedido nos termos do n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e artigos 44.º, 45.º e 46.º do Código de Procedimento Administrativo. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **ALCANCE/ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE ALGARVIO – Comparticipação Financeira:** Foi presente uma proposta do senhor presidente da Câmara, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, atribuir a comparticipação financeira, no montante de € 6.950,00 (seis mil novecentos e cinquenta euros) à Alcance/Associação para o Desenvolvimento do Nordeste Algarvio, para fazer face às despesas efetuadas com os cursos socioeducativos, nas diversas localidades do concelho. -----

----- Posto o assunto à votação a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **JUNTA DE FREGUESIA DE VAQUEIROS – Isenção de Taxas de Ruído:** Foi presente uma proposta do senhor presidente da Câmara, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, nos termos do n.º 4 do artigo 10.º do Regulamento Municipal de Taxas Licenças e Outras Receitas, reconheça a concessão da isenção da taxa de ruído, requerida pela Junta de Freguesia de Vaqueiros, para os dias 09

(Festa de verão/Alcaria Queimada e 22, 23 e 24 de agosto (Festa de verão/vaqueiros). -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **ADECMAR/Associação de Desenvolvimento Etnográfico e Cultural de Martim Longo – Comparticipação Financeira:** Foi presente uma proposta do senhor presidente da Câmara, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, atribuir a comparticipação financeira, no montante de € 2.470,00 (dois mil quatrocentos e setenta euros) à ADECMAR/Associação de Desenvolvimento Etnográfico e Cultural de Martim Longo, para fazer face às despesas efetuadas com a Festa Tradicional de Martim Longo, a realizar nos dias 5,6 e 7 de setembro. -----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira interveio para questionar se a procissão realizar-se-á durante 3 (três) dias, e que a banda “*não costuma custar*” o valor apresentado, ao qual o Vereador sr. Paulo Paulino esclareceu que existem 2 (duas) bandas musicais envolvidas na Festa Tradicional. -----

----- De seguida o vereador sr. José Carlos Pereira interveio novamente para referir que teve dúvidas aquando da leitura do ofício, pelo facto de o conteúdo não ser esclarecedor/elucidativo. -----

----- O vereador sr. Paulo Paulino usou da palavra para mencionar que a Edilidade irá apoiar a Festa de Martim Longo, através da rubrica existente de “*Festas e Festividades*” e que a mesma encontra-se a equacionar “*ficar*” como entidade organizadora do evento. -----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira usou da palavra para frisar que a única festa de verão organizada pela Câmara Municipal é a de Alcoutim, existindo outras organizadas pelas Associações e Juntas de Freguesia, com o apoio da Edilidade, e como tal questiona se a Câmara Municipal de Alcoutim

poderá envolver-se na organização *“dessas festas?”* ao qual o vereador sr. Paulo Paulino explicou que no momento está a ser equacionada essa hipótese, conforme aludido na intervenção anterior. -----

----- De seguida o vereador sr. José Carlos Pereira interveio novamente para questionar o porquê de ser atribuído um subsídio adiantado para *“uma Associação, se a Autarquia é que vai organizar o evento/iniciativa?”*. -----

----- O presidente da Câmara sr. Osvaldo Gonçalves interveio para frisar que são assuntos diferentes, *“pois quantas vezes, nós executivo camarário”*, aprovamos subsídios para Associações, para fazer face às despesas, em Festas Tradicionais. -----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira usou da palavra para mencionar que *“tem toda a razão”*, pois é uma situação legítima, dando nota de seguida que gosta de ver esclarecidos todos os assuntos/matérias que apresentam algumas dúvidas/incertezas, daí a sua pergunta/questão, e que não é contra a atribuição de subsídio, no entanto, se a autarquia encontra-se a equacionar organizar/promover a Festa de Martim Longo, conforme palavras do vereador sr. Paulo Paulino, não entende a atribuição de subsídio à Associação. -----

----- Posto o assunto à votação a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira interveio para mencionar que no início do mandato foram retirados alguns assuntos *“e bem”*, pelo facto de apresentarem dúvidas, no que concerne aos apoios que a Câmara Municipal concedia para construção/remodelação de habitações/casas de banho, no âmbito da Ação Social, bem como aquando da aprovação de financiamento para o Lar de Balurcos, devido a Edilidade não ser proprietária legítima do prédio, e nesse sentido questiona o presidente da Câmara sobre a existência de parecer sobre o assunto, designadamente se a Edilidade poderá financiar esse tipo de construções. Continuou alertado/advertindo para que a Câmara Municipal providencie, junto das entidades competentes, a emissão de parecer sobre esta matéria, com a maior celeridade possível, dado *“que já*

*passaram nove meses”, desde que surgiram as primeiras dúvidas, e pelo facto do executivo permanente ter aprovado no ponto seis da ordem de trabalhos, um subsídio para a Junta de Freguesia de Vaqueiros, que contempla construções e/ou aquisições de material, em que a Câmara não tem legitimidade sobre os prédios, e como tal considera que “era bom que todos ficássemos esclarecidos de uma vez por todas”. -----*

*----- O presidente da Câmara sr. Osvaldo Gonçalves agradeceu as palavras do Vereador sr. José Carlos Pereira, pois demonstra que “tem uma preocupação connosco, porque o senhor ao votar contra a atribuição de subsídios para as Juntas de Freguesias está isento dessas responsabilidades”. -----*

*----- O vereador sr. José Carlos Pereira interveio para mencionar que “o senhor gosta muito de ironizar e como gosta das ironias às vezes vai por caminhos que omitem as verdades, o senhor percebeu porque é que votamos contra, percebeu? Então porque é que tem afirmações dessas? Volto a dizer o senhor não percebeu, porque desde o início eu digo que estou de acordo com o apoio que se dá às Juntas de Freguesias, foi ou não foi, atribuímos e queremos voltar a atribuir esses apoios, agora existem dúvidas”. Continuou referindo “que o senhor contradiz-se quando começamos a argumentar, pois não quer que falemos, porque o senhor acabou de dizer que eu voto contra estes assuntos independentemente, de muitas vezes ter dúvidas, mas a razão da votação contra, não tem a ver com as Juntas de Freguesia de Vaqueiros e Giões, só tem a ver com a dúvida que existe, portanto, tenha cuidado com as acusações que faz, porque a intensão de voto contra os apoios às Juntas de Freguesia, prende-se com as dúvidas existentes na legislação, que o senhor não soube esclarecer”. -----*

*----- O vereador sr. José Galrito usou da palavra para mencionar que “acha bem” que “exista essa” recomendação por parte do vereador sr. José Carlos Pereira, e que a afirmação do presidente “não foi irónica”, bem como que a posição do vereador encontra-se na declaração de voto apresentada. ----*

*-----Tendo o presidente de Câmara adiantado de seguida “o senhor não gostou da minha resposta! Mas eu não quis ser irónico”. -----*

----- O vereador sr. José Carlos Pereira interveio novamente para referir que *“o senhor é irónico, eu também sou muitas vezes, agora o senhor afirmar que eu sou contra o apoio, eu alertei para o que se passou no passado, e por os assuntos não serem novamente presentes a reunião de câmara, lembrei-me da história das construções, que todos estávamos com dúvidas, os senhores tem a certeza? Responda-me lá, quando não tem a certeza vem dizer que eu estou salvaguardado”*. -----

----- O presidente da Câmara sr. Osvaldo Gonçalves usou da palavra para questionar *“Não votou contra? Não votou contra para se salvaguardar?”*. ---

----- O vereador sr. José Carlos Pereira interveio para mencionar que gosta de ver os assuntos esclarecidos desde do início, e como tal *“trouxe aqui este assunto, dado, que estamos a falar verdade uns com os outros, não estamos aqui para nos enganarmos”*. Findou referindo que está *“provado”*, conforme documento disponibilizado pelos serviços da Câmara Municipal, que tentaram *“enganar-nos”*, devido às falsas declarações do presidente, no que concerne ao não envio de convite. -----

----- O presidente da Câmara sr. Osvaldo Gonçalves interveio novamente para mencionar que *“agradece”* mais uma vez a recomendação/preocupação, e que *“não está preocupado connosco, está preocupado consigo”*. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não se realizaram intervenções. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente foi encerrada a reunião, pelas doze horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, João Dias, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira Cultura e Desporto, da Câmara Municipal de Alcoutim, que a redigi, e mandei lavrar. -----

O Presidente

O Secretário